



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA
PROPOSTA DE LEI DO
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2016**

**Parlamento Nacional
1 de dezembro de 2015**

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Excelências
Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas Membros do Governo
Senhoras e Senhores
Povo de Timor-Leste,

É com verdadeira honra e sentido de Estado que tenho o privilégio de me dirigir a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e distintos deputados desta Magna Casa, para apresentar o Orçamento Geral do Estado para 2016.

Esta Proposta que hoje venho aqui apresentar e defender, representa os programas e as políticas financeiras, económicas e sociais que são cruciais para o VI Governo Constitucional conduzir o país de forma a elevar as condições de vida do nosso povo. Neste sentido gerir com eficiência os dinheiros públicos, cumprir o Programa do Governo e, conseqüentemente caminhar para que se cumpra também o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, constituem estratégias determinantes.

No passado mês de abril, estive pela segunda vez perante esta mesma ilustre audiência com a responsabilidade de apresentar o Orçamento Retificativo para 2015, que foi aliás um Orçamento de continuidade. Hoje, com esse mesmo sentimento, submeto para discussão ao mais alto nível, o primeiro Orçamento Geral do Estado do VI Governo Constitucional.

O ato de orçamentar nunca foi um exercício fácil ou célere. Antes pelo contrário, decidir as políticas, as prioridades e a sua orçamentação em prol de um melhor rumo para o país e para o povo, implica uma redobrada responsabilidade, minuciosidade e rigor, tanto mais quando a esse ato se associa o de monitorar e avaliar se as orçamentações anteriores já teriam, ou não, atingido os resultados esperados.

Os membros do VI Governo Constitucional empenharam-se em todas as suas fases de preparação, avaliaram e reavaliaram os meios para atingirem os fins que tinham assumido como compromisso, tendo também em conta as capacidades de cada um em conseguir resultados nas orçamentações anteriores. Fomos exigentes e focados na entrega de uma melhor prestação de serviços ao povo, na eliminação de despesas supérfluas e, ao mesmo tempo, não descurámos o crescimento e o desenvolvimento económico e social do país e da população.

A nova estrutura do Governo permitiu que houvesse uma noção no seu todo dos compromissos, dos programas, das atividades e dos objetivos a alcançar em cada ministério e o seu necessário reajuste para evitar desperdícios. Esta reorganização permitiu-nos concentrar esforços para melhor perceber o que podia e tinha de ser

corrigido e as necessidades perante as quais devíamos introduzir uma nova dinâmica e prioridade.

Assim, a proposta de Orçamento Geral do Estado para 2016 é de 1.562,233 milhões de dólares, incluindo empréstimos. O montante total é o somatório das várias categorias orçamentais, mais concretamente:

- **Salários e Vencimentos:** 181,529 milhões de dólares;
- **Bens e Serviços (incluindo FDCH):** 468,988 milhões de dólares;
- **Transferências públicas:** 475,775 milhões de dólares;
- **Capital Menor:** 17,565 milhões de dólares;
- **Capital de Desenvolvimento (incluindo FI):** 418,376 milhões de dólares;

Este valor que propomos representa uma ligeira descida em relação ao Orçamento anterior e resulta de uma análise realista e profunda das necessidades e prioridades, tendo em consideração a conjuntura mundial, a baixa de preço do barril de petróleo, que naturalmente afetam a economia mundial, mas sempre com a preocupação de não descurar o contínuo investimento nas áreas que nos permitem dar seguimento à diversificação e crescimento sustentáveis da nossa economia.

Para Timor-Leste se tornar num país de rendimento médio alto, até 2030, é necessário um crescimento forte e de grande qualidade da economia não-petrolífera. Entre 2007 e 2012 o Governo implementou políticas económicas que conduziram a taxas elevadas de crescimento económico, com o PIB não-petrolífero a crescer em média 10,6% ao ano.

Estas taxas de crescimento devem-se a grandes projetos de infraestruturas, previstos no PED, a fim de financiar investimentos de qualidade em infraestruturas e no desenvolvimento de capital humano para criar as bases necessárias para um desenvolvimento sustentável a longo prazo.

No médio prazo, estima-se que o PIB não-petrolífero cresça entre 4,1 e 7,5 %. Esta previsão de forte crescimento assenta na implementação de projetos de infraestruturas e numa combinação equilibrada entre o investimento do Estado, do setor privado e das famílias.

O panorama para os consumidores timorenses a médio prazo é igualmente positivo, estimando-se que o nível de consumo cresça de forma gradual e que a inflação anual permaneça em torno dos 2%, logo abaixo da meta orçamental para o Governo de 4% a 6% entre 2015 e 2018.

Em relação às receitas domésticas, prevê-se um aumento muito ligeiro para 2016 dado que as reformas que temos em curso, quer a fiscal quer a económica, terão efeitos mais significativos em 2017, ao nível do melhor desempenho dos serviços governamentais através de maiores cobranças e através do aumento da base de coleta de impostos e taxas.

Excelências,

O montante do Orçamento que hoje propomos é, há que reconhecê-lo, acima daquele que definimos inicialmente para o “teto fiscal”.

Quando o Governo promoveu as “Jornadas Orçamentais” fê-lo com o intuito de inculcar uma maior disciplina fiscal, reduzindo gastos supérfluos, e definir as Prioridades Nacionais para o ano de 2016. Nessa altura estabelecemos um “envelope fiscal” de 1,3 mil milhões de dólares e estipulámos a educação, a saúde, a agricultura e as infraestruturas básicas, como as áreas mais prioritárias de investimento.

No entanto, estes não são os valores que hoje aqui apresentamos e a grande fatia do investimento recai, efetivamente, sobre as grandes infraestruturas, contempladas no Fundo de Infraestruturas, designadamente nos projetos de estradas, portos e aeroportos e saneamento, Tasi Mane e os projetos e programas de desenvolvimento económico e social como a Região Especial Administrativa de Oe-Cusse Ambeno, a Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro e as pensões para os veteranos, para os idosos e inválidos, para as vítimas de desastres naturais assim como o apoio através da Bolsa da Mãe.

Cumpre-nos, por isso, explicar ao povo de Timor-Leste, representado pelo Parlamento Nacional, as razões que levaram o Comité de Revisão Político a tomar esta decisão.

O elevado investimento nas infraestruturas foi reconhecido como uma etapa essencial na estratégia de desenvolvimento nacional. Foram, por isso, preparados projetos de acordo com as necessidades identificadas e dado início ao investimento e às construções. Claro que o cariz multianual destes projetos nos tem obrigado a difíceis exercícios de planeamento e orçamentação, considerando que os compromissos assumidos e as necessidades de financiamento que lhes estão associados nos exigem a assunção de responsabilidades que têm de ser partilhadas dado que decorrem de iniciativas de interesse nacional.

E é exatamente por isso que estamos empenhados em continuar os inúmeros projetos de infraestruturas que têm vindo a ser levados a cabo por sucessivos Governos. Projetos de grande monta, que são cruciais e transversais para o desenvolvimento de vários setores e do país, e sobre os quais tem recaído a tónica de investimento, o qual não pode abrandar agora sob pena de comprometer toda a sustentabilidade, investimento e compromissos realizados até aqui. Por isso, o exercício que realizámos na tentativa de cumprir o teto orçamental, ainda que não tenhamos conseguido alcançar o proposto, veio trazer uma disciplina e análise ainda mais rigorosas.

E humildemente reconhecemos que um teto fiscal realista não pode ser determinado sem um conhecimento claro sobre o custo da implementação dos programas, políticas e projetos, ou seja, sobre as necessidades financeiras e de orçamentação dos setores por programas. Isto é tão válido para orçamentar os custos de implementação de, por exemplo, uma política de educação, que define os critérios para o garante de um ensino de qualidade, como para orçamentar os custos das infraestruturas em que estamos a investir, porque falamos de investimentos de longo prazo que exigem total rigor e

avaliação, sob pena de comprometerem a sustentabilidade fiscal que andamos a advogar como essencial.

O exercício de previsibilidade de que falo é pois essencial, e não só para este Governo como também para os próximos Governos, para que se possam determinar envelopes fiscais mais consistentes com as reais necessidades e obrigações do Estado, sem certamente ignorar, a sustentabilidade orçamental do nosso jovem país.

O nosso compromisso tem sido sempre direcionado para uma melhor prestação de serviços ao povo, sobretudo nas áreas que identificamos como prioritárias, e para o corte cirúrgico das despesas desnecessárias, ou seja, de gastos que não se traduzem no benefício ou numa melhoria da qualidade de vida da população.

Também durante o exercício de preparação do Orçamento Geral do Estado verificámos que uma melhor prestação de serviços não implica, necessariamente, aumento nominal ou proporcional do orçamento. A relação entre os serviços e a sua melhor prestação está muito mais ligada à sua implementação e capacidade de gestão. E isto levou-nos a constatar que é imprescindível averiguar as reais necessidades e prioridades de cada ministério, não só ao nível das suas atividades como, e sobretudo, ao nível da orçamentação e da implementação.

Para isso consideramos fundamental criar mecanismos de implementação que nos permitam uma melhor gestão, através de um bom planeamento e de uma boa orçamentação desse planeamento e que nos mostre o seu custo real. E é aqui que percebemos que, pese embora possa haver uma redução de orçamento que se fica a dever também à sobre orçamentação dos programas e à própria capacidade de implementação, não estamos a menosprezar a prioridade política sobre a qualidade da prestação de serviços.

Um dos passos que considerámos fundamental neste processo é a atribuição de maior autonomia às agências, institutos e ministérios. O objetivo é claro: ao mesmo tempo que damos mais autonomia, pedimos mais responsabilidades! Será a boa gestão e a capacidade de implementação, acompanhadas de rigorosa monitorização, que nos vão informar dos resultados e, com base nestes, atribuir um orçamento, porque é preciso ter evidências que confirmam a ocorrência dos resultados desejados.

Atribuir uma maior autonomia faz parte do caminho que é necessário percorrer para atingir qualidade na prestação de serviços do Estado, sempre sob a responsabilidade máxima da sua tutela, que define políticas setoriais e estratégias de implementação. Acreditamos que para exigirmos, temos que dar maior autonomia combinada com condições adequadas de trabalho, bem como responsabilização dos respetivos dirigentes.

Queremos, por isso, passar do atual sistema de finanças de controle *ex-ante* para um controlo *ex-post*. Ou seja, o Ministério das Finanças deixará de ter a função de aprovar todas as despesas e esta função vai passar para os Órgãos e Ministérios, o que acontecerá de forma progressiva, acompanhado com formação, mobilização de recursos humanos de acordo com as exigências e as diferentes capacidades existentes nas diferentes instituições do Estado.

Isto não significa, porém, que deixará de existir controlo, rigor e responsabilização dos dirigentes. Antes pelo contrário, o controlo vai ser realizado através da aprovação de um quadro regulador de controlo interno do Estado, que vai permitir esta transição de controlo *ex-ante* para *ex-post*. Assim, vão existir diferentes responsabilidades entre as auditorias e inspeções setoriais e a Inspeção-Geral do Estado na realização de auditorias sistemáticas e na responsabilização dos seus dirigentes.

Outra medida a introduzir de forma consistente na planificação do desenvolvimento nacional, em particular no que toca às infraestruturas, é a criação de uma política de Operação e Manutenção. Acreditamos que esta política não só vai contribuir para a sustentabilidade que se quer para os investimentos que estão a ser realizados, e que tem sido aliás uma justa preocupação de muitos ilustres Deputados, como também uma medida impulsionadora de criação de emprego de longa duração ao nível nacional.

Excelências,

O VI Governo encetou uma reorganização interna, com o objetivo de assegurar que há uma ligação entre plano e orçamento, e na qual adotámos um princípio: um plano, um orçamento, um sistema!

Queremos estabelecer em todos os órgãos governamentais uma Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação a fim de criar a estrutura e a capacidade para a implementação deste processo. Os planos anuais, os relatórios de desempenho, os planos e relatórios de aprovisionamento são ferramentas de planeamento, monitorização e implementação que, se trabalhados de forma coordenada, vão trazer maior transparência e, ao mesmo tempo, maior responsabilização pelo desempenho do ministério em relação aos compromissos assumidos.

Os distintos Deputados tiveram já a oportunidade de receber e analisar o resultado deste nosso esforço, quando receberam o Livro 2 do Orçamento e onde puderam constatar que, pela primeira vez, o plano anual está orçamentado.

Este exercício não é nada mais nada menos do que o resultado de um trabalho exigente de ligar o plano e o orçamento. E foi isto que fizemos numa análise minuciosa e criteriosa do plano de atividades tentando com o mesmo rigor atribuir-lhe um orçamento. O objetivo é, além do ajuste dos programas e atividades, conseguir atribuir-lhes um orçamento para ter uma melhor correspondência entre ambos e uma melhor correspondência entre o dinheiro público gasto e os serviços a serem prestados.

Esta é a primeira tentativa, levada a cabo em tão pouco tempo, que deverá continuar a ser desenvolvida em 2017, e nos anos seguintes, através de uma definição rigorosa de programas por cada setor, integrando o plano, orçamento, implementação e verificação de resultados de forma integrada num sistema apenas. A definição dos programas e dos seus custos de implementação, numa perspetiva plurianual, vai evitar que tenhamos de começar do zero quando elaborarmos o plano anual e o orçamento. Além disso, evitamos ainda ter atividades planeadas para as quais não existe orçamento.

Assim, e com um carácter mais operacional, vamos ter já em 2016 novas ferramentas de gestão tais como o plano de implementação de atividades e despesa e o plano de

aprovisionamento. Estes vão obrigar os órgãos governamentais a ter ainda mais pormenorizada e calendarizada as aquisições de bens, serviços ou obras de forma a incutir uma maior responsabilização na implementação quer física quer financeira dos programas.

A acompanhar o planeamento e a sua orçamentação, regulamos ainda a monitorização e a avaliação dos mesmos. Monitorizar o plano e o orçamento e avaliar o impacto e os benefícios que daí advêm para o povo é garantir uma prestação de serviços eficaz, eficiente e justa, com verdadeiras repercussões na vida de todos.

Com o início deste procedimento, as metas específicas anuais que identificámos nos planos podem ser mais facilmente escrutinadas e fiscalizadas por Vossas Excelências, trazendo ainda mais transparência e responsabilização à ação do Executivo.

Além disso, este mecanismo já criado pelo Governo vai exigir ainda uma estreita colaboração entre os responsáveis das várias áreas, afinando ainda mais os seus resultados e, sobretudo, permitindo a identificação atempada dos constrangimentos à implementação e tomar as devidas medidas e precauções para garantir a eficácia e eficiência dos programas.

E porque só com recursos humanos capacitados conseguimos uma melhor prestação de serviços, vamos continuar a proporcionar, através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, formação profissional, formação técnica e bolsas de estudo. Para 2016, com a realocação de fundos dos programas da Assistência Técnica ao Setor Judiciário e Terciário, este Fundo vai passar a incidir sobretudo em programas de formação geral que beneficiarão todos os setores.

E para que seja ainda mais precisa a sua utilização, teremos já no primeiro trimestre de 2016 os resultados do “Mapeamento Nacional dos Recursos Humanos dos Setores Público e Privado, por município” e a “Avaliação dos Resultados dos Programas do FDCH de 2011-2014”. Estes estudos não só vão permitir avaliar os resultados já alcançados como vão permitir ter uma melhor noção das necessidades, o que nos vai ajudar a definir em que área se torna mais necessário apostar na formação e capacitação dos nossos recursos humanos de forma a que possam fazer face à procura do mercado.

Excelências,

Timor-Leste deve continuar a estimular o investimento e a ser um país atrativo. Estamos por isso empenhados na reforma do setor público. Neste sentido, estamos a iniciar a implementação de reformas estratégicas, o que vai acontecer durante alguns anos e que vão permitir que Timor-Leste tenha sucesso no caminho para o desenvolvimento nacional sustentável.

A Reforma Legislativa e do Setor da Justiça vai proporcionar uma melhoria na capacidade do setor legislativo e judiciário, o que vai garantir e proteger os direitos do povo, sobretudo quanto à política de acesso à justiça.

A Reforma Fiscal - que abrange as políticas da receita e da despesa, os sistemas de gestão financeira pública, a administração fiscal e aduaneira, a gestão do Estado, a

monitorização por resultados com especial enfoque na prestação de serviços e os recursos humanos - vai-nos permitir aumentar as receitas do Estado, melhorar o desempenho dos serviços e aumentar a qualidade do orçamento, entre outros.

A Reforma da Administração Pública, que inclui a análise de diagnóstico dos recursos humanos, o estabelecimento de padrões de competências, a revisão da tabela salarial e a identificação da estrutura organizacional, vai criar condições para levar ao Estado mais eficiência, eficácia e responsabilidade. Isto é, também, dar à administração pública condições para ser capaz de implementar as suas competências em prol do interesse público e, ao mesmo tempo, dar aos funcionários condições para exercerem devidamente as suas funções. De facto, só podemos exigir rigor, ética e profissionalismo se as pessoas estiverem aptas e nos lugares certos ao desempenho das suas funções.

Estas são medidas que, no nosso entendimento, vão criar condições para gerar investimento e diversificação económica tão essencial para o país e que têm de ser acompanhadas de uma estratégia que aposte nas pessoas, nas infraestruturas e que seja virada para criar condições que potenciem o investimento privado.

E por isso o Governo aprovou a implementação de um programa de Reforma e Fomento Económico que, numa forte relação com o Programa da Reforma Fiscal, vai criar medidas cujos objetivos visam desenvolver, reforçar e apoiar o setor privado que por sua vez gera emprego sustentável e diversifica a economia. Queremos melhorar o ambiente do setor privado e para isso estamos conscientes de que há que regulamentar as terras e propriedades, desenvolver infraestruturas económicas, dar ênfase à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento da mão-de-obra, criar um ambiente propício aos negócios e atentar no investimento e desenvolvimento privado.

Queremos, também reforçar as nossas instituições bancárias. Por isso entendemos capitalizar o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) mas também o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL) para que este último crie condições que facilitem o acesso ao crédito, a investimentos de projetos que sejam sustentáveis e que gerem emprego, sobretudo nas zonas rurais. Esperamos com isto que haja uma emancipação do setor privado, em áreas de natureza comercial e de investimento, deixando o Estado de ser o maior ator nessas áreas para se concentrar cada vez mais na salvaguarda das questões sociais.

Excelências,

O ano de 2016 vai ser o ano de implementação de todos estes mecanismos e instrumentos que nos vão apoiar numa gestão responsável, eficaz e sustentável, permitindo que haja uma boa execução dos dinheiros públicos, criando desta forma condições para gerar investimento e diversificação económica.

Acreditamos, também, que o reflexo desta proposta de Orçamento Geral do Estado vai ser notório já para um próximo Governo. O VI Governo Constitucional contemplou, na proposta para 2016, um montante destinado ao pagamento de dívidas contraídas. Entendemos que o Governo que tomar posse em 2017 deve partir das condições mais favoráveis possíveis, pelo que se torna essencial um saneamento responsável das dívidas salvaguardando, ao mesmo tempo, a integridade e a confiança no Estado.

Esta é uma atitude que vai permitir que o próximo Governo possa ter o seu próprio programa de desenvolvimento e continue, também, a assumir a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, já aprovados pelo Conselho de Ministros e pelo Parlamento Nacional, e que acreditamos vão conduzir ao crescimento e desenvolvimento sustentável de Timor-Leste, tornando-o num país próspero e elevando a qualidade de vida da nossa população.

E é precisamente nessa ótica de “alinhamento dos instrumentos e sistemas de planeamento e orçamentação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, sugerida por Vossas Excelências ao Governo, que reconhecemos a importância do empenho de todos para o seu cumprimento.

Com os resultados preliminares do Censos de 2015, em que constatamos que a nossa população aumentou para 1,167,242 pessoas, estamos empenhados em continuar a promover e a garantir um clima de segurança, paz e estabilidade - objetivo no qual Timor-Leste teve, aliás, uma participação reconhecidamente ativa. Ao mesmo tempo vamos continuar a apostar em políticas tão fundamentais como a igualdade do género, já reforçada pela Declaração de Maubisse recentemente assinada, e a proteção de pessoas portadoras de deficiências e vulneráveis.

Sendo a nossa população maioritariamente constituída por jovens, queremos continuar a estimular a qualidade da formação académica e profissional e a promover oportunidades de emprego para lhes dar condições para ter uma vida condigna, ativa, inclusiva e que participem no desenvolvimento na nação. E porque estes vão ser os futuros líderes do país, é preciso também sensibilizá-los para a questão das alterações climáticas e dos desastres naturais, que tem de ser levada muito a sério uma vez que podem afetar seriamente o desenvolvimento sustentável do país e da sociedade.

Permitam-me, a este respeito, referir que já estamos a criar um grupo de trabalho para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, de forma transversal, vai trabalhar para que Timor-Leste consiga atingir os seus compromissos para com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Uma ação central e prioritária é a luta pela nossa soberania plena que só conseguiremos alcançar com a delimitação definitiva das nossas fronteiras marítimas. Estamos a conduzir este processo com total perseverança porque os direitos dos timorenses não podem ser relegados para segundo plano nas prioridades do Estado.

A nossa ação externa desempenha aqui um papel importante. Continuamos pois a envidar esforços para fortalecer a nossa posição nos *fora* internacionais, sendo que a adesão à ASEAN e a liderança da CPLP, da qual temos a presidência rotativa até meados do próximo ano, nos posicionam ainda num dos *hub* que constituem uma alavanca do crescimento económico. Vamos continuar também a honrar os nossos compromissos e a apoiar os países frágeis através do grupo g7+ e, pela Agência de Cooperação de Timor-Leste, vamos prosseguir com o apoio no processo de desenvolvimento dos nossos países irmãos.

Excelências,

Acabámos todos de celebrar o quadragésimo aniversário da Proclamação da nossa Independência e os 500 anos do contacto entre o povo Timorense e Português que em muito contribuiu para o forjar e afirmar da nossa identidade.

Mas comemoramos este ano também treze anos como Nação independente. Beneficiamos de um ambiente estável, com paz e segurança que também nos tem permitido reunir uma política de consenso em relação à estratégia do país, onde os interesses nacionais se têm sobreposto aos interesses individuais. Estes são verdadeiros motivos de orgulho.

Para concluir, apelo ao debate franco e construtivo, em prol do enriquecimento do nosso sistema democrático, como tem vindo a ser apanágio dos distintos Deputados, onde as discussões recaiam sobre as políticas e o respetivo orçamento, imprimindo a esta discussão o seu interesse maior que é a qualidade e relevância do orçamento do Estado para o próximo ano de 2016. A bem da Nação!

Muito obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo
1 de dezembro de 2015